TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL – SEG

Processo n.: @DEN 16/00468311

Assunto: Denúncia acerca de supostas irregularidades na base de cálculo da contribuição previdenciária

ao INSS

Interessados: Antônio Francisco Corrêa Athayde e Gustavo de Pauli Athayde

Responsável: Osvaldo Jurck.

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Schroeder

Unidade Técnica: DAP Decisão n.: 23/2018

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

- 1. Não conhecer da Denúncia formulada por Athayde & Advogados Associados referente a supostas irregularidades na base de cálculo da contribuição previdenciária ao INSS, por não ser matéria afeta a este Tribunal de Contas, nos termos dos arts. 95 a 99, do Regimento Interno desta Casa (Resolução n° TC-06/2001), com a redação dada pela Resolução n° TC-120/2015, e determinar à SEG que comunique a Previdência Social acerca das irregularidades noticiadas.
- 2. Conhecer da Denúncia formulada por Athayde & Advogados Associados referente a suposta irregularidade concernente ao afastamento e/ou licença-saúde de servidores da Prefeitura Municipal de **Schroeder** sem documentação comprobatória que alicerce a devida rubrica na folha de pagamento, nos termos dos arts. 95 a 99, do Regimento Interno desta Casa (Resolução nº TC-06/2001), com a redação dada pela Resolução nº TC-120/2015.
- 3. Determinar à SEG/DICM que promova diligência, com fulcro no artigo 123, § 3°, do Regimento Interno (Resolução nº 06/2001), com ofício à Prefeitura Municipal de Schroeder, para que encaminhe documentos e esclarecimentos necessários à instrução dos autos, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme segue:
- **3.1.** Relação de servidores que tiveram em seu contracheque a inserção de rubricas relacionadas à falta por motivo de doença ou licença-saúde <u>custeadas pelo Município</u> (inferior a 15 dias), no período de janeiro de 2015 até a presente data, no formato que segue:

Nome do		Mês/Ano do	Rubrica inserida	Fundament
servidor	PF	contracheque	no contracheque	ação Legal

3.2. Relação de servidores que tiveram em seu contracheque a inserção de rubricas relacionadas à falta por motivo de doença ou licença-saúde <u>custeadas pelo INSS</u> (superior a 15 dias), no período de janeiro de 2015 até a presente data, no formato que segue:

Nome	do	C	Mês/Ano d	О	Rubrica inserida	Fundament
servidor		PF	contracheque		no contracheque	ação Legal
					_	

- 3.3. Cópia dos contracheques relacionados nas tabelas anteriores;
- **3.4.** Cópia dos atestados médicos ou de outros documentos que alicercem a falta ou licença por motivo de saúde dos servidores acima relacionados;
- **3.5.** Cópia da legislação municipal que regulamenta os procedimentos relativos aos afastamentos por motivo de saúde de servidores em período inferior a 15 (quinze) dias;

Processo n.: @DEN 16/00468311 Decisão n.: 23/2018 1

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL - SEG



- 3.6. Cópia da legislação municipal que regulamenta os procedimentos relativos à operacionalização do afastamento por motivo de saúde na folha de pagamento, em especial quanto aos encargos sociais, se houver.
- 4. Determinar à Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP), deste Tribunal, para que sejam adotadas as demais providências, inclusive inspeções e auditorias que se fizerem necessárias junto à Prefeitura Municipal de Schroeder, com vistas à apuração do fato apontado como irregular nos presentes

Ata n.: 4/2018

Data da sessão n.: 31/01/2018 - Ordinária

Especificação do quórum: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (Presidente - art. 91, I, da LC n. 202/2000), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes e José Nei Ascari

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Cibelly Farias Caleffi

Auditor(es) presente(s): Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken (Relatora)

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR Presidente (art. 91, I, da LC n. 202/2000)

SABRINA NUNES IOCKEN Relatora

Fui presente: CIBELLY FARIAS CALEFFI Procuradora-Geral Adjunta do Ministério Público junto ao TCE/SC

Decisão n.: 23/2018 Processo n.: @DEN 16/00468311 2